

# **A Democratização da Informação como processo de qualificação da participação: a experiência do Observatório da Cidade de Porto Alegre**

Carlos Eduardo Gomes Macedo<sup>1</sup>

## **Introdução**

O objetivo deste artigo é apresentar de forma sintética como a democratização da informação tem sido tratada nas duas principais instâncias de participação que marcam e, de certa forma, caracterizam as últimas gestões da cidade de Porto Alegre: o **Orçamento Participativo** e a **Governança Solidária Local**.

Para atingir nosso objetivo dividimos o texto em três partes: a) apresentação breve das características e dados recentes sobre o Orçamento Participativo e a forma com era concebida a informação; b) apresentação breve da concepção e implantação da Governança Solidária Local; e c) a criação do Observatório da Cidade de Porto Alegre (ObservaPoa) como uma forma de qualificação da participação através da democratização da informação.

Enfatizamos que não temos a pretensão de esgotar o tema nem de fazer uma comparação crítica das duas concepções, pois consideramos que não existem incompatibilidades entre as mesmas, pelo contrário, na atual gestão temos percebido que a convivência das duas instâncias mostrou-se salutar e tem ampliado o leque de atores sociais que participam nos vários fóruns de discussão da cidade. Mais relevante do que a crítica e do que o esgotamento do tema nos parece que seria a oportunidade de diferenciar as concepções de “**processo de democratização da informação**” e “**democratização da informação como processo**”, pois com a primeira estamos falando das formas de acesso e disponibilização da informação, enquanto que na segunda, estamos nos referindo

---

<sup>1</sup> Economista e Técnico da Gerência de Informações Socioeconômicas da SMGL e do Observatório da Cidade de Porto Alegre (ObservaPoa). A Gerência de Informações Socioeconômicas é a responsável técnica pelo ObservaPoa.

aos protagonistas da informação, ou seja, a informação, nesta segunda concepção, não é tratada apenas como um banco de dados estanque sem crítica e sem interação daqueles que estão diretamente implicados e são protagonistas dos fenômenos pesquisados e informados. Consideramos, contudo, que ambas as concepções são necessárias e têm seus momentos específicos na qualificação e ampliação da democracia participativa.

### **O Orçamento Participativo e a Informação**

Nunca é demais lembrar que Orçamento Participativo é considerado pela ONU uma das 40 melhores práticas de gestão pública urbana no mundo. Nascido em um contexto onde a participação popular já era comum, o Orçamento Participativo incentivou a criação de novas instâncias e solidificou as já existentes, pois passou a permitir que os cidadãos passassem a decidir diretamente sobre a aplicação de recursos em obras e serviços a serem executados pela administração pública. Ao enfatizar a riqueza da história da participação popular na gestão pública de Porto Alegre, Fedozzi (2007) destaca quê:

“O OP se constituiu, a partir de 1989, como espinha dorsal dessa história recente e, como tal, vem atraindo o interesse de diversos agentes dos movimentos urbanos, dos partidos políticos e dos atores internacionais”.

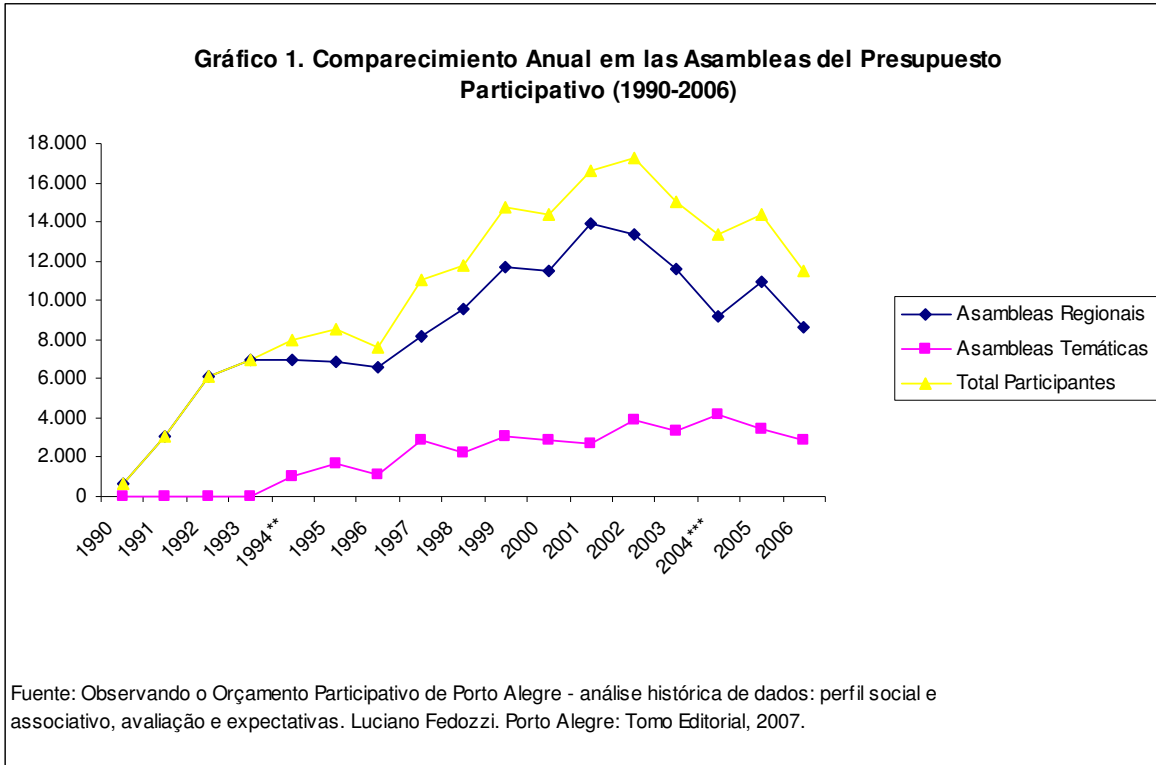
Como a intervenção popular no Orçamento Participativo é feita sobre os recursos que compõem o orçamento público municipal, ficam claros os limites das demandas feitas pela população e, por conseqüência, as disputas marcam de forma indelével as assembleias regionais e temáticas. Com efeito, as disputas tendem a se exacerbar à medida que os recursos orçamentários diminuem.

Nos 18 anos de existência do Orçamento Participativo, as principais demandas da população se concentram nas áreas de pavimentação, saneamento básico e política habitacional, sendo que nos últimos quatro anos, as prioridades têm sido a habitação, a educação e a assistência social.

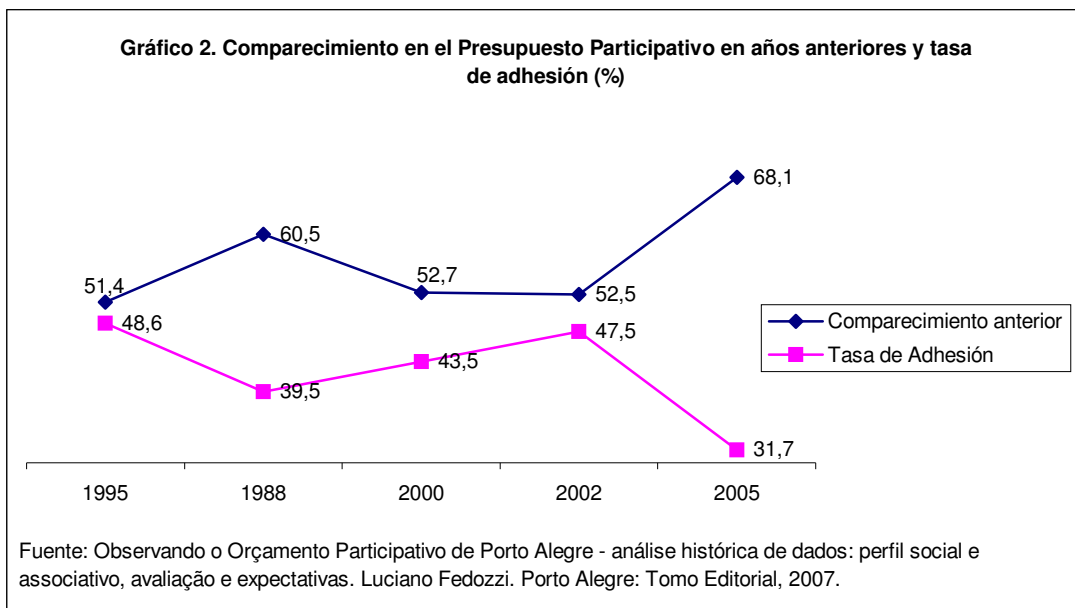
Em trabalho recente intitulado “**Observando o Orçamento Participativo de Porto Alegre – Análise histórica de dados: perfil social e associativo, avaliação e expectativas**”, feito no âmbito de um convênio entre o Observatório da Cidade de Porto Alegre e o Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul com recursos da Rede 3 da Urb-AL - Democracia na Cidade, o autor, professor Luciano Fedozzi, apresenta dados de pesquisas anteriores bem como de sua pesquisa mais recente, cujo objetivo é “contribuir – no limites de uma sucinta análise quantitativa – para a reflexão crítica de todos os que estão comprometidos com o aprimoramento do OP e da rede de participação de Porto Alegre” (Fedozzi, 2007).

Como a maioria dos dados apresentados no referido trabalho cobre um período que vai de 1993 a 2005, achamos oportuno relatarmos as principais conclusões a que chegou o professor Fedozzi. Antes de qualquer detalhamento, apresentamos, a título de informação mais geral, o Gráfico 1, no qual podemos ver com mais clareza as tendências do número de participantes no Orçamento Participativo.

A análise do Gráfico 1 permite que possamos ver duas tendências bem definidas no número de participantes: a) crescimentos – com recaídas em alguns anos – que cobre o período de lançamento até o ano de 2001, para as assembleias regionais, e 2002, para o total de participantes; b) quedas acentuadas – com inversões isoladas em 2005 – no período 2001-2006, para assembleias regionais, e no período 2002-2006, para o total de participantes. Uma das possibilidades aventadas pelo autor poderia ser a “forte diminuição da capacidade de investimentos da Prefeitura, devido à crise financeira revelada em 2002” (Fedozzi, 2007).



Outros dados disponibilizados pelas referidas pesquisas são a participação em anos anteriores e a taxa de adesão ao Orçamento Participativo. Conforme podemos ver no Gráfico 2, não é possível verificar uma tendência em função das oscilações acentuadas dos dois indicadores no período 1995-2005. Os dados de 2005 parecem indicar uma tendência de queda na taxa de adesão, contudo é preciso ter cautela quanto a conclusões sobre ter ou não havida uma queda na atratividade do Orçamento Participativo, pois os intervalos entre os anos pesquisados não são iguais. Apesar da desigualdade nos períodos da pesquisa, a queda de quase 35% na taxa de adesão (atratividade) do Orçamento Participativo entre os anos 1995 e 2005 pode estar a indicar outros problemas além dos constrangimentos orçamentários. Não esqueçamos que se a taxa de adesão decresce, a taxa de repetição daqueles que participam aumenta, implicando em falta de renovação e mesmo de estagnação do processo de participação. Esta constatação parece ser ratificada pelos dados das Tabelas 1 e 2. Analisemos alguns dos dados constantes nesta tabelas.



**Tabla 1. Número de veces de elección de los Consejeros (%)**

Número de veces electo consejero	2000	2002	2005
1	54,5	53,3	49,1
2	38,6	33,3	36,1
3	2,2	6,7	4,6
4	2,2	1,7	7,4
5 o más	2,2	5,0	2,7
Total	100,0	100,0	100,0

Fuente: Observando o Orçamento Participativo de Porto Alegre - análise histórica de dados: perfil social e associativo, avaliação e expectativas. Luciano Fedozzi. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2007.

**Tabla 2. Número de veces de elección de los Delegados (%)**

Número de veces electo consejero	2000	2002	2005
1	62,9	45,5	33,1
2	20,9	21,7	21,9
3	12,7	11,1	12,5
4	4,9	6,1	7,6
5 o más	3,8	15,6	25,0
Total	100,0	100,0	100,0

Fuente: Observando o Orçamento Participativo de Porto Alegre - análise histórica de dados: perfil social e associativo, avaliação e expectativas. Luciano Fedozzi. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2007.

Apesar dos percentuais daqueles participantes que foram eleitos mais de 3 e 4 vezes não serem significativos para o cargo de conselheiro, as variações

percentuais entre os anos de 2000 e 2005 são expressivas. O incremento percentual daqueles participantes que foram eleitos mais de 4 vezes para este cargo ultrapassa a 236% no período referido. Mas a situação mais preocupante é a que se refere ao percentual daqueles participantes que foram eleitos 5 ou mais vezes para o cargo de delegado, pois além do percentual ser grande e o crescimento ter ocorrido nos três anos pesquisados, o incremento percentual entre 2000 e 2005 ultrapassa a 550%.

Outro dado disponibilizado pelo trabalho de Fedozzi se refere às razões para participar do Orçamento Participativo. Conforme podemos ver na Tabela 3, a razão “Demanda”, que foi apontada por 36,8% dos participantes em 1998, aumentou para 46,1% em 2005. Um incremento de mais de 25% no período referido. Apesar do percentual daqueles participantes que apontaram a razão “Demanda, participação e democracia” não ser expressivo, o incremento no mesmo período foi de mais de 145%.

**Tabla 3. Razones para Participación en el Presupuesto Participativo (%)**

¿Por qué participar?	1998	2005		
		Total	Consejeros	Delegados
Demanda	36,8	46,1	28,4	42,8
Demanda y vínculos comunitarios	10,5	6,3	4,6	7,6
Demanda, participación e democracia	3,5	8,6	13,8	8,1
Ser llamado, demandar, conocer y obras mal hechas	7,7	10,2	2,8	3,1
Democracia, ciudadanía, participación y fiscalización	11,4	13,7	30,3	17,8
Valores comunitarios vinculados a la democracia	24,4	15,2	20,2	20,6
Otras	5,7	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fuente: Observando o Orçamento Participativo de Porto Alegre - análise histórica de dados: perfil social e associativo, avaliação e expectativas. Luciano Fedozzi. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2007.

Quando a razão se refere a “Valores comunitários vinculados à democracia”, a queda no percentual daqueles participantes que apontam esta razão ultrapassa a 37% no período considerado. Observamos que das seis razões

apontadas pelos participantes, em três aparece a palavra “demanda” e em todas essas houve aumento entre 1998 e 2005, sendo que para a razão “Demanda e vínculos comunitários houve um queda de 40%. Consideramos, pois, que boa parte das razões para participar parecem estar dissociadas das questões relacionadas ao amadurecimento democrático. Convém, contudo, mais uma vez, ter cautela na análise destes dados, pois “houve diminuição do atendimento das demandas nos últimos anos, em função da queda da capacidade de investimentos do Município” (Fedozzo, 2007). Este constrangimento orçamentário não foi, contudo, motivo para que a “construção de valores relativos à cultura democrática e de cidadania ao longo do tempo de participação” esmorecesse, pois, quando o tempo de participação supera os cinco anos, aumenta o percentual daqueles que apontam como razão “Democracia, cidadania e fiscalização do processo”. Mais do que isto, quando os níveis de renda e ensino aumentam, aumenta também o percentual daqueles participantes que apontam como valores a “democracia e a cidadania” e os “vínculos com a vida comunitária”. (Fedozzi, 2007).

Quando se utiliza o dado de rendimento familiar, percebe-se um aumento da inclusão, pois quando consideradas as faixas de rendimento dos participantes do Orçamento Participativo, o estudo concluiu ter havido um aumento da inclusão daqueles indivíduos na faixa até 2 salários mínimos no período 1998-2005. Neste período, o percentual de participantes nesta faixa de rendimentos saltou de 30,9% para 49,8%, um incremento de mais de 60%.

Feito este breve relato sobre a situação do Orçamento Participativo, passamos a apontar as percepções que temos quanto à forma como a informação foi tratada no período em que apenas o Orçamento Participativo se apresentava como meio de participação do cidadão na gestão do município de Porto Alegre.

Nos últimos dez anos temos, junto com outros técnicos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, trabalhado com a prospecção, organização e disponibilização de informações sobre a situação socioeconômica da cidade de Porto Alegre, com dados administrativos referentes aos serviços municipais e,

também, com a produção de alguns relatórios e estudos mais específicos sobre os aspectos demográficos, sociais e econômicos do município.

Nosso trabalho com indicadores nestes últimos dez anos culminou com o lançamento, em dezembro de 2004, do Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre, no qual construímos o Índice de Condições de Vida (ICV) e o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)<sup>2</sup>.

Podemos, portanto, em função de nossa experiência no manuseio das informações e estudos referentes à cidade de Porto Alegre, apontar que, na maior parte do tempo de existência do Orçamento Participativo, a informação foi tratada mais como a primeira concepção que delineamos na introdução, ou seja, como **“processo de democratização da informação”**, do que como **“democratização da informação como processo”**. Não que houvesse problemas na comunicação sobre dados e informações, muito pelo contrário, sempre houve por parte da administração todo o empenho em disponibilizar e até mesmo divulgar através dos meios de comunicação não só as ações, mas também tudo que permitisse a participação nas várias instâncias e fóruns de discussão e de decisão sobre as questões orçamentárias e sobre os rumos da cidade. A comprovar isto estão todas as conferências, congressos da cidade e os mais variados eventos de acesso livre e democrático aos cidadãos. A interação com a gestão orçamentária também foi uma característica marcante na gestão que se encerrou em 2004 e é claro que esta interação requer que se possa ter acesso a dados e informações. Não houve, portanto, qualquer tipo de indisponibilidade de informações durante àquela gestão.

O que queremos sugerir é que mesmo a disponibilidade e o acesso livre e farto a dados e informações muitas vezes pode não ser suficiente para uma intervenção qualificada nas instâncias e fóruns de discussão e deliberação democráticos. É sabido que existem muitos bancos de dados e informações – impressos ou em meio eletrônico – nos quais a interação não tem sido uma preocupação relevante. Mesmo quando existe a interação, ela está baseada

---

<sup>2</sup> O estudo está disponível no site do Observatório da Cidade de Porto Alegre: <http://www.observapoa.com.br>

apenas no *feedback* puro e simples no qual o que importa é apenas a avaliação do que se disponibiliza. Mas do isto, esta interação é feita apenas através do mundo digital, sem nenhum diálogo direto com o cidadão. Não existe, com efeito, nesta concepção de informação, a possibilidade de desenvolvimento de uma pedagogia da informação, entendida esta como a possibilidade de o dado e a informação serem diretamente informados e debatidos com aqueles que vivem os fenômenos que estão sendo informados. Entender a democratização da informação como um processo requer tratá-la como uma fonte de empoderamento que qualifica a intervenção e que permita ao cidadão ultrapassar a concepção de atendimento às demandas como uma responsabilidade única e exclusiva da esfera pública estatal. A interação entre a fonte e a recepção da informação deve ultrapassar os limites do simples consentimento e validação para chegar a uma interação em que os pólos – fornecedor e receptor – possam, ao inverter as posições polares, entender a importância de cada um no que estamos chamando aqui de **informação como processo**: não é relevante o consentimento/validação de um ou de outro, fornecedor e receptor da informação, quanto ao que está sendo disponibilizado e sim a interação e compreensão da importância da informação na qualificação das intervenções e na possibilidade de superação da demanda em si, da demanda descolada da conscientização e da busca dos vínculos com os valores comunitários, com a cidadania e com a participação.

Uma informação disponibilizada pelo estudo do professor Fedozzi pode nos ajudar na compreensão quanto às causas do baixo percentual de participantes que falam nas reuniões do Orçamento Participativo. Em 1998, a soma dos percentuais daqueles que declararam que “nunca” falam e daqueles que falam “às vezes” chega a 81,5%. Em 2005, esta soma caiu para 79,6%; uma queda muito pequena para um período tão grande. Em 2005, se considerarmos o nível de ensino, a soma dos percentuais dos que “nunca” falam e os que falam “às vezes” foi de 86,5% para àqueles que tinham apenas o ensino fundamental. No mesmo ano, a soma dos percentuais daqueles que declararam falar “sempre” e “quase sempre” chegou a mais de 27%, sendo que o nível de ensino destes declarantes era superior ou de pós-graduação. Estes dados, mesmo que não conclusivos, nos

permitem sugerir que participantes com baixa escolaridade parecem se manifestar proporcionalmente menos do que aqueles com escolaridade superior.

Consideramos que as causas da baixa participação relacionada aos baixos níveis de ensino, mesmo que emblemática de uma certa exclusão em função da baixa escolarização, está relacionada também à falta de interação e preparação das informações nos períodos que antecedem os debates e intervenções passíveis de manifestação dos cidadãos. Ou seja, queremos supor que é possível informar interagindo, desde que, como já referimos, fonte e receptor da informação tenham clareza do caráter interativo do que está sendo informado e que esta interação possa superar ou pelos amenizar as deficiências do baixo nível de escolaridade, fazendo com que o cidadão esteja de tal forma informado que possa fazer da sua fala um veículo para uma manifestação qualificada.

A manifestação nas instâncias de participação democrática é fundamental para aquilo que Fedozzi chama de “interação discursiva” e que segundo ele:

“A interação discursiva, como aprendizagem democrática e de cidadania, ainda é um grande desafio pedagógico para a evolução mais igualitária das oportunidades de crescimento social e individual criadas pelo OP.”

## **A Governança Solidária Local e a Informação**

A partir de 2005 inicia-se em Porto Alegre uma nova gestão após dezesseis anos da gestão liderada pelo Partido dos Trabalhadores. Desde o período eleitoral, a atual gestão se comprometia em manter o Orçamento Participativo, pois o considerava uma conquista da cidadania e uma marca da democracia participativa. Havia, contudo, por parte daqueles que vinham atuando nos vários fóruns de participação e, em especial no Orçamento Participativo, a preocupação de que tal compromisso não viesse a se efetivar e de que tudo não passava de propaganda eleitoral. Um pouco desta percepção foi captada pelo

estudo de Fedozzi (2007), no qual calculamos que a soma dos percentuais daqueles participantes que achavam que, na gestão que se iniciava (2005-2008), o Orçamento Participativo seria “enfraquecido” e “substituído por outra forma de participação”, chegou a mais de 40%. Entre os conselheiros, este percentual foi de quase 45% e entre os delegados chegou a 50%. Estes percentuais são expressivos quando levamos em conta uma experiência de dezesseis anos, que goza de reconhecimento nacional e internacional e que tem sido utilizada como referência para outras cidades do Brasil e do mundo.

Tal expectativa não se confirmou e o Orçamento Participativo manteve-se com as mesmas características e funcionamento anteriores. A queda no número de participantes em 2006 ainda é um dado muito recente para ser analisado com rigor estatístico, pois a tendência de queda se iniciou em 2002, não podendo ser atribuída à atual gestão.

Dentre as inovações trazidas pela atual gestão, destacamos a Governança Solidária Local (GSL), pois consideramos ser esta a que mais se coaduna com o espírito da democracia participativa. Calcada na tese de que se deve superar o paradigma da participação pela da co-gestão, governando junto com a sociedade civil, não dependendo apenas dos recursos do orçamento público e levando em conta o orçamento social gerado no âmbito da governança, a GSL passou a promover a participação democrática dos cidadãos em prol do desenvolvimento das pessoas e das comunidades, estimulando as parcerias para a efetivação de ações que melhorem as condições de vida e convivência social da população. Em seu site, a Secretaria de Coordenação Política e Governança Local faz questão de enfatizar que dará sustentabilidade ao Orçamento Participativo, o qual considera como importante instância de decisão do orçamento público municipal, além de incluir como parte de suas finalidades a preservação e o aprimoramento do Orçamento Participativo e outras formas de gestão participativa.

Contudo, apesar desta ênfase dada à importância do Orçamento Participativo, a GSL busca a ampliação do leque de atores sociais, pois considera

que o orçamento social é mais amplo do que o orçamento público e que os limites da ação pública não estão limitados à esfera pública estatal.

Em um artigo recente apresentado na Jornada “Avaliando a Participação Cidadã” promovida pelo Instituto de Governo e Políticas (IGOP), em fevereiro de 2007, Adriana Furtado, Assistente Social e técnica do Observatório da Cidade de Porto Alegre (ObservaPoa), sintetiza de maneira clara o contexto associativo no qual foram implantadas as Governanças Locais:

“As riquezas das formas associativas da cidade e das soluções inovadoras para os problemas locais ampliaram a possibilidade de participação para além da discussão orçamentária avançando em direção ao planejamento participativo. A conjugação entre orçamento e planejamento participativos abriu espaço para a gestão participativa. Nesse sentido, as questões em debate nas **Governanças Locais** pressupõem o fortalecimento da gestão participativa na cidade, potencializando o capital social existente nas comunidades e construindo alternativas de desenvolvimento local”. (Furtado, 2007, *grifos meus*).

Passados quase três anos do início da atual gestão e com pouco tempo de implantação das Governanças Locais, parece-nos imprudente uma análise sobre a sua receptividade como instância de participação, pois ainda não dispomos de informações e/ou estudos mais específicos como o que utilizamos para os comentários feitos em relação ao Orçamento Participativo. Com efeito, consideramos não haver informações com um mínimo de fundamento estatístico para que possamos estar livres dos vieses típicos de análises apressadas, e de que não estamos naquela posição confortável, que só o passar do tempo pode fornecer e que permitem um olhar retrospectivo e suficientemente distanciado das discussões acaloradas do momento.

Quanto à forma como a informação tem sido tratada na atual gestão e, mais especificamente a partir da implantação da Governança Solidária Local,

acreditamos já dispormos de um mínimo de condições para sugerir que a concepção em voga está mais próxima de tratar a democratização da informação como processo do que apenas como processo de democratização da informação.

Entendemos que algumas ações levadas a efeito pela atual gestão implicaram diretamente na busca de uma aproximação mais interativa com os cidadãos quando da disponibilização de dados e informações. Ao criar a Secretaria de Coordenação Política e Governança Local, a atual gestão teve a preocupação em criar também em sua estrutura administrativa uma Gerência de Informações, a qual foi delegada, entre outras, a função de organizar, sistematizar, georeferenciar e disponibilizar os dados e informações sobre a cidade de Porto Alegre nos níveis municipais e intramunicipal.

Já no detalhamento das atribuições da Gerência de Informações Socioeconômicas, ficou patente a necessidade de disponibilizar os dados e informações no menor nível geográfico possível, pois havia uma demanda pela informação em um nível geográfico que permitisse a visualização das heterogeneidades socioeconômicas não captadas nos indicadores disponibilizados nos níveis municipal, de Região do Orçamento Participativo e de bairro.

### **O Observatório da Cidade de Porto Alegre e a Democratização da Informação como Processo**

É no contexto de manutenção do Orçamento Participativo e de implantação da Governança Solitária Local que nasce a idéia de criação do Observatório da Cidade de Porto Alegre (ObservaPoa). É neste contexto rico em transformações na forma de gerir a cidade e de solidificação do OP, que começamos a dar os primeiros passos na constituição de um espaço onde a disponibilidade e o acesso às informações são apenas o começo de uma caminhada que culminaria no lançamento, em março de 2006, do ObservaPoa.

Fruto da combinação entre a percepção da atual gestão e as possibilidades criadas pelo projeto Observatórios Locais de Democracia Participativa (OLDPs) do

Programa Urb-AI, o ObservaPoa foi constituído com base em uma ampla parceria de instituições que envolveram a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, o Conselho do Orçamento Participativo, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul, a Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos e a Companhia Municipal de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre.

No âmbito da participação da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, coube à Secretaria de Coordenação Política e Governança Local, através da Gerência de Informações Socioeconômicas, assumir a Coordenação Técnica do ObservaPoa. Constituída, no início de suas atividades por quatro técnicos da Prefeitura de Porto Alegre, a Coordenação Técnica ficou responsável pela preparação do conteúdo que foi disponibilizado nas primeiras apresentações do ObservaPoa. À Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre coube o desenvolvimento da tecnologia de informação do site. À medida que os parceiros iam aportando estudos e/ou pesquisas, o site ficava mais rico e atrativo, pois boa parte dos estudos seguia a um dos objetivos fundamentais traçados no projeto de criação do ObservaPoa, qual seja, o de disponibilizar as informações georeferenciadas e em nível intra-urbano. Nesse sentido, o cidadão passava a contar com informações referentes ao seu bairro e a sua Região de Orçamento Participativo, permitindo que suas intervenções e demandas pudessem ser preparadas a partir de informações de caráter público e de responsabilidade quanto à fidedignidade, temporalidade e oficialidade das fontes. Mais do que isto, as informações sobre a cidade de Porto Alegre, que antes estavam espalhadas por série enorme de sites, passaram, a partir do lançamento do ObservaPoa, a ser encontradas em um único site.

Hoje, o cidadão pode navegar no ObservaPoa e com um toque do mouse sobre o mapa de seu bairro ou Região de Orçamento Participativo acessar às informações que precisa para qualificar suas intervenções e demandas. Além dos mapas temáticos, o cidadão pode também ter acesso a um banco de dados

estatísticos em formato de tabelas, as quais o próprio cidadão pode montar conforme suas necessidades. Pode também se cadastrar para receber notícias sobre a disponibilidade de novos estudos, pesquisas e eventos, além de poder enviar suas sugestões e questionamentos quanto às informações que considera equivocadas, criando uma interatividade com os técnicos que possibilita não somente a confiabilidade das mesmas mas também o reconhecimento de que sem sua interatividade com o site o mesmo perde importância.

Se levássemos em consideração apenas estas características de criação multiinstitucional, de conteúdo e de forma do ObservaPoa acima descritas, talvez boa parte da reflexão proposta pela **7ª Conferência do OIDP** estivesse contemplada, pois o desafio de ampliação da participação cidadã nos processos de democracia participativa passa necessariamente pela disponibilidade e pela facilitação de acesso à informação. Contudo, pensamos que é preciso ir mais longe se quisermos de fato ampliar a participação tanto em número de participantes quanto em qualidade de intervenção.

A ampliação da participação daqueles cidadãos e/ou setores que ainda não canalizam suas intervenções e demandas via fóruns de democracia participativa não o fazem ou porque tem outras estratégias para terem suas necessidades atendidas pelo poder público ou porque não acreditam que a democracia participativa possa ser melhor do que estas estratégias. Nesse sentido, acreditamos que a implantação do programa Governança Solidária Local está buscando ampliar o leque de atores sociais, fazendo-os crer que com o capital social pode-se superar as limitações do orçamento público e das ações vinculadas apenas à esfera pública estatal. Com efeito, o desafio da incorporação daqueles cidadãos e setores que até agora não conseguimos convencer, através do Orçamento Participativo, sobre os benefícios da democracia participativa, nos parece bem encaminhado pelos esforços da Governança Solidária Local.

No que concerne à qualificação das intervenções e das demandas, nos parece que a incorporação daqueles cidadãos e setores que ainda não participam

dos fóruns democráticos passa pela qualificação e pela interatividade da informação. Ou seja, voltamos aqui a nossa concepção de **democratização da informação como processo**, como interatividade entre aquele que emite e aquele que recebe a informação. E foi a partir desta concepção que passamos a buscar mecanismos que permitissem ao ObservaPoa interagir com o cidadão. Para tanto, os técnicos passaram a ir a todas as assembleias regionais e temáticas do Orçamento Participativo e a apresentar, antes do início das mesmas, as facilidades de acesso e navegação do ObservaPoa. Buscávamos com isso fazer ver aos participantes que além das facilidades de navegação e acesso, existia uma séria de informações que poderiam ser combinadas para que eles pudessem qualificar suas demandas assim como fazer suas intervenções em público de forma mais segura e em pé de igualdade com aqueles cidadãos mais bem informados e que costumam se manifestar mais seguidamente. Contudo, esta estratégia se mostrou inadequada, pois nestas assembleias os participantes já preparam antecipadamente suas demandas, e as intervenções se resumem a defender tais demandas e analisar as ações da prefeitura quanto ao atendimento ou não de demandas de anos anteriores ou problemas recentes da região e/ou da cidade. Apesar de ser um momento culminante da participação democrática, não é, contudo, um momento adequado para estabelecer um contato interativo mais profícuo.

Tendo percebido as limitações de interatividade nas assembleias regionais e temáticas, ocorreu-nos que uma boa oportunidade seria apresentar e dialogar com os cidadãos antes das assembleias. Passamos, então, a ir a todas as regiões e a apresentar o site de forma mais interativa, criando um diálogo mais direto de tal forma a poder captar as necessidades e limites dos cidadãos quando à compreensão das informações e, principalmente, sua aceitação e críticas ao conteúdo e a forma do ObservaPoa. Foi uma experiência fundamental, pois possibilitou que verificássemos o quão distante podem estar o conteúdo e a forma da informação em relação àqueles que, em geral, são parte do fenômeno social informado. Ouvimos críticas que vão desde informações defasadas (censitárias,

administrativas etc.) até regionalizações que não contemplam as acentuadas diferenças sociais em uma mesma região e/ou bairro.

A partir do retorno positivo de nossas idas às regiões, verificamos que se realizássemos oficinas sobre o funcionamento e os conteúdos do ObservaPoa com os funcionários dos centros administrativos, com os representantes do Orçamento Participativo em cada região e com os responsáveis pelas Governanças Locais, poderíamos criar multiplicadores que, em razão de seu contato direto e quase que diário com os cidadãos, poderiam divulgar melhor o site do ObservaPoa. Além disto, as informações contidas no ObservaPoa passariam a servir de ferramenta diária de trabalho, seja para questões administrativas em relação à situação dos serviços prestados pela Prefeitura de Porto Alegre, seja para as questões referentes à construção qualificada das demandas, seja, ainda, para a formulação de projetos de desenvolvimento local. Com efeito, quanto mais estes multiplicadores dominassem os conteúdos do ObservaPoa maior seria o ganho de tempo na busca de informação e melhor seria o retorno quanto à percepção dos cidadãos em relação a necessidade de adaptações no site. Foram feitas, então, várias oficinas com estes funcionários e representantes durante o ano de 2006 e conseguimos verificar que muitos cidadãos passaram a se manifestar através do correio eletrônico do ObservaPoa e que muitas instituições têm procurado nossa equipe para fazer apresentações do site e para falar sobre o processo de montagem do site.

Passados quase dois anos de lançamento do ObservaPoa, verificamos que ainda persistem desafios a serem enfrentados. Apesar das iniciativas da Prefeitura de Porto Alegre para aumentar o acesso à Internet através de 25 Telecentros<sup>3</sup> e de 1 Cibernarium<sup>4</sup>, a maioria da população ainda está excluída do mundo digital.

---

<sup>3</sup> Telecentros são ambientes informatizados, coordenados pela Prefeitura, que possuem de 10 a 20 computadores conectados à internet, impressora e scanner. Nas unidades, os freqüentadores participam de cursos de informática básica, navegam gratuitamente na Web, fazem pesquisas, lêem notícias, entram em salas de bate-papo, digitam documentos e currículos e enviam e-mails.

<sup>4</sup> O Cibernarium é um projeto da Prefeitura de Porto Alegre coordenado por sua companhia de tecnologia, a Procempa, cujo objetivo é reduzir a exclusão digital, disponibilizando uma sala on-line onde os cidadãos têm acesso gratuito à Internet e também a mais de 200 vagas mensais de cursos de informática. Os cursos também são oferecidos aos deficientes visuais.

Estes dois projetos da Prefeitura de Porto Alegre foram criados a partir do entendimento de que a exclusão digital está fortemente relacionada à insuficiência de renda para acessar os benefícios da sociedade da informação. Portanto, se consideramos a insuficiência de renda como a principal variável na determinação da pobreza, esta não poderá ser subestimada pelas cidades que pretendem fazer da democratização da informação um processo de ampliação da participação, pois, ainda que a redução da pobreza não esteja única e exclusivamente sob o domínio dos governos locais, a informação estará cada vez mais envolvida pelo mundo digital, ou seja, não há possibilidade de qualificação da participação sem a redução da pobreza, assim como não há possibilidade de redução sustentável da pobreza sem a qualificação da participação.

Contudo, apesar das limitações acima descritas, temos buscado outros veículos de interação com os cidadãos, seja através de publicações, seja com o contato direto através de apresentações e debates em torno dos conteúdos e forma do ObservaPoa. Temos estado em muitos eventos nos quais apresentamos o site e interagimos com o público e continuamos a estabelecer convênios que nos permitam qualificar as informações disponíveis. Neste momento, outubro de 2007, estamos trabalhando na formatação de um convênio com Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para a construção do Índice de Desenvolvimento Humano Intra-urbano para a Região Metropolitana de Porto Alegre, com qual poderemos dispor de mais de 100 indicadores em Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) que permitirão verificar as heterogeneidades intramunicipal e intra-regional. Continuamos, pois, acreditando que é possível ampliar e qualificar a participação informando de forma interativa e não esquecendo: **“não sabendo que era impossível, ele foi lá e fez”**.

**Outubro de 2007**

## **BIBLIOGRAFIA**

FEDOZZI, Luciano. Observando o Orçamento Participativo – Análise histórica de dados: perfil social e associativo, avaliação e expectativas. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2007.

FURTADO, Adriana. Observatório da Cidade de Porto Alegre – democratizando a informação. Indicadores socioeconômicos com elemento para a tomada de decisões e indicadores de acompanhamento do Orçamento Participativo. Disponível em: <http://www.observapoa.com.br>. Acesso em: 10 de outubro de 2007

Observatório da Cidade de Porto Alegre. Projeto Técnico. Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://www.observapoa.com.br>. Acesso em: 10 de outubro de 2007.